

Comissão examina fundo contra violência

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania analisa amanhã proposta que institui mecanismo para financiar ações de segurança pública e apoio às vítimas da criminalidade. Objetivo é tornar efetiva a prioridade à área, com a garantia de recursos para prevenção e combate ao crime. **Página 3**



Gasoduto Brasil-Bolívia: os conflitos com o país vizinho estimularam a aprovação do projeto que visa criar um mercado competitivo para o gás natural

Senado envia Lei do Gás à Câmara

O Senado Federal encaminhou ontem à Câmara dos Deputados o projeto do novo marco regulatório do gás natural. Conhecida como Lei do Gás, a proposta aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura amplia as possibilidades de investimentos privados no setor. **Página 6**

Cientistas falam sobre aquecimento

Os três cientistas brasileiros que integram painel da ONU devem debater com senadores. **Página 4**

Bancada feminina quer votar projetos favoráveis à mulher

Composta por dez parlamentares, a bancada feminina no Senado se mobiliza a fim de aprovar cinco projetos que estão prontos para votação em Plenário. Coordenadora da bancada, Serys Shlessarenko afirmou que a semana comemorativa do Dia Internacional da Mulher, 8 de março, representa oportunidade de lutar por melhorias na condição de

vida da mulher. Entre os projetos em exame no Senado, estão o que garante o seguro-desemprego ao trabalhador doméstico e o que estabelece normas para o uso médico de prótese de silicone. Já Ideli Salvatti anunciou a apresentação de projeto que assegura a oferta, pelo SUS, de vacina contra o HPV à população feminina. **Página 8**



Serys: bancadas femininas no Senado e na Câmara lutam por propostas



Ideli: vírus atinge um quarto das mulheres sexualmente ativas do mundo

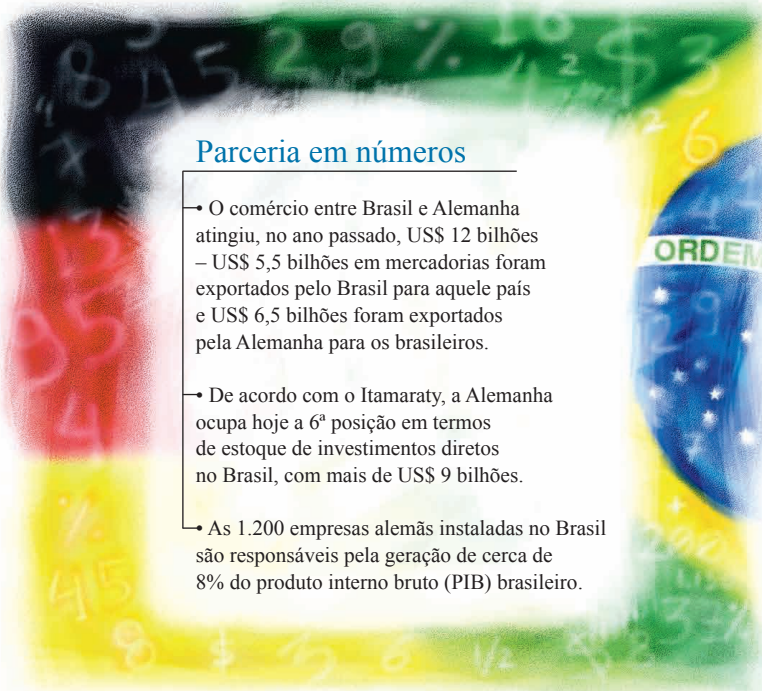
Visita de Horst Köhler, que atualmente ocupa presidências do Conselho de Ministros da União Européia e do G-8, fortalece parceria estratégica entre Brasil e Alemanha

Presidente da Alemanha será recebido por Renan na quinta

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebe, nesta quinta-feira, o presidente da Alemanha, Horst Köhler. A última visita de um chefe de Estado alemão à América do Sul ocorreu em 2003, quando esteve aqui o então presidente Johannes Rau. A Alemanha é o principal parceiro comercial do Brasil na Europa, e o Estado brasileiro é o maior mercado para as exportações alemãs na América do Sul.

Em 2006, o comércio entre as duas nações atingiu US\$ 12 bilhões – US\$ 5,5 bilhões em mercadorias nacionais foram exportados para a Alemanha e US\$ 6,5 bilhões foram exportados daquele país para o Brasil. De acordo com o Itamaraty, a Alemanha ocupa hoje a sexta posição em termos de estoque de investimentos diretos no Brasil, com mais de US\$ 9 bilhões. E mais: as 1.200 empresas alemãs instaladas no Brasil são responsáveis pela geração de cerca de 8% do produto interno bruto (PIB) brasileiro.

No mesmo dia em que visitará o Senado, Horst Köhler se encontrará com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando discutirão, entre outros assuntos, a cooperação econômica e comercial, o processo de integração regional em curso na Europa e na América do Sul, a reforma da Organização das Nações Unidas e a atuação conjunta no âmbito do Grupo dos 4 (Alemanha, Japão, Índia e Brasil). O presidente alemão está



interessado também em conhecer as ações sociais do governo brasileiro, como os programas Fome Zero e Bolsa Família.

Integração

A vinda do Köhler ocorre no momento em que a Alemanha ocupa, simultaneamente, as presidências do Conselho de Ministros da União Européia e do G-8 (grupo que reúne os sete países mais ricos do mundo e a Rússia). A chanceler Angela Merkel já formalizou convite ao presidente Lula para participar do segmento ampliado da Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo do G-8, a realizar-se no próximo dia 8 de junho, em Heiligendamm.

Para o Itamaraty, a ligação

entre Brasil e Alemanha justifica que o estreitamento das relações seja considerado como parceria estratégica, formalmente reconhecida pelos dois governos no plano de ação assinado em fevereiro de 2002 e ratificado quando Lula visitou a Alemanha em 2003.

O Ministério das Relações Exteriores entende que a constituição do G-4 acrescentou nova dimensão a essa parceria, ao conferir à reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) lugar prioritário na agenda dos dois países. Vivem hoje aproximadamente 7 milhões de descendentes de alemães no Brasil.

Maciel comemora a inauguração de fábrica de resina PET em Pernambuco

O senador Marco Maciel (PFL-PE) registrou a inauguração, na última quarta-feira, no município pernambucano de Ipojuca, da maior fábrica de resina PET (politereftalato de etileno) do mundo. A indústria, pertencente ao grupo italiano Mossi & Ghisolfi, recebeu investimentos de R\$ 800 milhões e deve criar mil empregos diretos. O senador ressaltou que o empreendimento foi resultado de negociações conduzidas pelo então governador e atualmente senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE).

Maciel informou que a nova fábrica tem capacidade para gerar 450 mil toneladas por ano da resina PET, usada na produção do fio de poliéster, utilizado na indústria



Para Maciel, iniciativa abre possibilidade de novas indústrias químicas no Nordeste

têxtil e de plásticos em geral.

– Abrem-se, assim, muitas possibilidades da ampla gama da indústria química para Pernambuco e para o Nordeste – comemorou o parlamentar.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Exposição sobre o Diploma Bertha Lutz

O Senado promove até sexta-feira, das 9h às 18h, exposição de fotografias sobre o Diploma Bertha Lutz, prêmio oferecido às brasileiras que se destacaram na luta pelos direitos da mulher. O evento conta ainda com os documentários Mulher em movimento e Direitos da mulher.

Sessão do Plenário às 14h

A sessão deliberativa terá início às 14h. Três medidas provisórias estão truncando a pauta: duas concedem abertura de crédito extraordinário para ministérios (MPs 331/06 e 332/06) e a terceira (MP 333/06) abre crédito em favor da Presidência da República.

Programação monetária

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se reúne hoje, às 10h. Em pauta, a mensagem do Executivo com a programação monetária para o primeiro trimestre de 2007. Ainda será votado o projeto que permite ao empregado utilizar seu FGTS para participar do capital da empresa em que trabalha.

Médico nas escolas

A Comissão de Educação (CE) examina, às 11h, pauta de sete itens. Entre as proposições, encontra-se a que garante atendimento médico e odontológico a estudantes de ensino fundamental de escolas públicas. Deve ser votado também pedido de audiência sobre a proposta de extensão da licença-maternidade.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Raul Rodrigues Grilo
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazilio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Efraim Morais, César Borges, Papaléo Paes, Mão Santa e Gilvam Borges

Proposta determina que fundo, cujo montante anual não poderá ser inferior a R\$ 3 bilhões, viabilize ações preventivas e garanta recursos para apoio a vítimas



Voltado para adolescentes em situação de risco, projeto Crescer é exemplo, diz Jucá

Jucá destaca redução de homicídios de jovens em Boa Vista

Romero Jucá (PMDB-RR) citou ontem estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) intitulado “Violência Infanto-Juvenil no Brasil”, destacando que, enquanto a taxa de homicídios entre jovens nas capitais brasileiras, de 1999 a 2004, cresceu 77%, na capital roraimense, Boa Vista, houve decréscimo de 59,48%.

Conforme o senador, o IBGE destacou o trabalho desenvolvido pelo projeto Crescer, voltado para adolescentes e jovens em situação de risco de Boa Vista. Para Jucá, trata-se de um modelo “que deve ser ampliado para o restante do país”. O programa, lembrou, foi implantado no município pela ex-prefeita Teresa Jucá – esposa do senador – e foi reconhecido nacional e internacionalmente, tendo sido publicado pela Organização dos Estados Americanos (OEA).

– Era importante que muitos segmentos conhecessem o que foi feito em Boa Vista, porque é da forma que se trabalhou lá que se têm resultados palpáveis.

Jucá informou que o projeto Crescer também serviu para o senador reavaliar sua posição quanto à redução da maioridade penal, atualmente em discussão na sociedade e no Legislativo.

– Em 1999, apresentei uma emenda constitucional para diminuir a maioridade penal. Mas depois de 1999, quando Teresa assumiu a prefeitura, tive contato com outra realidade e pedi para retirar o meu projeto, porque não é diminuindo a maioridade que se vai resolver o problema da violência – disse Jucá.

O líder do governo acrescentou que o presidente Lula “está construindo uma proposta de consolidação de políticas para jovens que visa integrar e minorar essa perspectiva de violência”.

Comissão de Justiça examina fundo de combate à violência

O Brasil poderá ter um fundo específico de combate à violência e de apoio às vítimas da criminalidade com vigência até o ano de 2020. Proposta de emenda à Constituição (PEC 5/07) com esse objetivo, do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), está na pauta da reunião de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Segundo o autor, o Estado não está aparelhado para combater a criminalidade e nem preparado para acolher o cidadão vítima da violência.

– Por serem escassos, os recursos orçamentários limitam e impedem que ações adequadas, necessárias e urgentes de prevenção e combate ao crime sejam tomadas – explicou Antonio Carlos.

O relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO), que apresentou parecer favorável à matéria, acredita que o grande mérito da PEC é tornar efetiva a prioridade para a área de segurança pública.

– De nada adianta traçar belos planos se não houver recursos suficientes para implementá-los – acredita Demostenes.

São dois os objetivos do fundo, cujo montante anual não poderá ser inferior a R\$ 3 bilhões: viabilizar ações preventivas que garantam à população o acesso a níveis dignos de segurança pública e garantir recursos para o apoio, emergencial e perma-



Autor da PEC, Antonio Carlos avalia que recursos orçamentários são escassos

nente, às vítimas da violência e aos agentes do poder público diretamente envolvidos no combate à criminalidade e na defesa da sociedade civil.

Outro projeto que consta da pauta da CCJ dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício do mandato, cargo, emprego ou função da administração pública, com o objetivo de aumentar as punições nos casos em que estejam envolvidas verbas públicas destinadas à saúde e à educação (PLS 119/05). Conforme o autor, senador Papaléo Paes (PSDB-AP), as áreas de saúde e educação “são reconhecidamente carentes no país, não se podendo admitir o desvio ou a malversação de recursos a elas aplicados”. O projeto tramita em decisão

terminativa na CCJ.

Medidas provisórias

A CCJ também deve apreciar a PEC 47/04, que propõe a extinção do instituto das medidas provisórias (MPs). A matéria, cujo primeiro signatário é o senador Papaléo Paes, revoga o artigo 62 da Constituição, que trata especificamente de medidas provisórias.

Segundo justificativa à matéria, desde a entrada em vigor do instituto das medidas provisórias, criado pela Constituição de 1988, o Poder Executivo tem usurpado, em parte, a função legislativa, sem observar, inclusive, os requisitos de relevância e urgência exigidos para a apresentação desse tipo de iniciativa. A proposta tem parecer favorável do senador Demostenes Torres.

STM

Na segunda parte da reunião, a CCJ vota, em reunião secreta, a indicação do nome do tenente-brigadeiro-do-ar William de Oliveira Barros para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM) na vaga decorrente da aposentadoria do tenente-brigadeiro-do-ar Marcos Herndl. Formado em Administração de Empresas e com vários cursos na área de aviação, William de Oliveira acumulou, durante sua carreira, 7.250 horas de voo e várias condecorações.



Criminalidade e violência podem ser reduzidas com educação, frisa Mozarildo

Mozarildo: país deve investir em educação de qualidade

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu ontem, em discurso no Plenário, o investimento na educação de qualidade como forma de o país reduzir, entre outras mazelas socioeconômicas, a criminalidade e a violência.

Mozarildo lembrou a recente divulgação dos números do censo educacional de 2006 e das notas dos exames realizados pelo Ministério da Educação que, conforme afirmou, trouxeram à tona, mais uma vez, os problemas relacionados ao sistema educacional brasileiro.

O senador criticou a má qualidade do ensino público fundamental brasileiro, assinalando que essa deficiência é um dos principais entraves para a evolução da educação.

– Nesse ponto, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nada fez em quatro anos – lamentou o senador.

Na avaliação do parlamentar, “não resta dúvida” de que o desafio agora é o da melhoria da qualidade do ensino, a partir da análise dos resultados sobre os ensinos básico e médio, que apresentam decréscimo significativo.

Mozarildo acrescentou que os alunos das regiões Norte e Nordeste obtiveram as piores médias dentro do quadro comparativo regional brasileiro, o que reflete o descaso dos governos com o problema das desigualdades regionais. Na prova objetiva do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), enquanto a média brasileira foi de 36,90 pontos, os estudantes do Norte e do Nordeste alcançaram 32,17 e 33,83 pontos, respectivamente. Na região Sul, a média foi de 38,73 pontos e, na região Sudeste, 38,85 pontos.

– O pacto pela qualidade do ensino deve ter caráter nacional – defendeu o senador.

Marina Silva participa de debate sobre violência e direitos humanos

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, participa, na quinta-feira, do primeiro debate de uma série que discutirá violência e direitos humanos na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Segundo prevê a pauta, a ministra abordará o tema “Meio Ambiente, Vida e Direitos Humanos”.

Na ocasião, Marina Silva receberá uma placa de homenagem por ter sugerido, quando no exercício do mandato de senadora, a criação da Comissão de Legislação Participativa (CLP), cujas atribuições foram posteriormente incluídas entre as responsabilidades da CDH.

No ciclo de debates sobre violência e direitos humanos,

serão realizadas 12 audiências públicas, com a participação de vários segmentos da sociedade. Os demais temas já definidos que serão discutidos pelo colegiado são: violência e direitos alternativos; violência e responsabilidade social do setor privado; violência e direitos dos povos indígenas; violência, direitos humanos e trabalho escravo; violência, direitos humanos e educação; violência, direitos humanos e setores discriminados; violência e drogas; violência e os profissionais de segurança pública; violência e os profissionais da imprensa brasileira.

Homenagens

Na reunião de quinta-feira, a Comissão de Direitos Humanos



Marina é homenageada por ter sugerido Comissão de Legislação Participativa

também pretende homenagear as mulheres pela passagem do Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março.

O colegiado promoverá ainda cerimônia de inauguração da galeria de fotos dos seus ex-presidentes. A reunião da CDH está prevista para ter início às 9h, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho.

Antonio Carlos aponta distorções no regime atual, a cargo do BC, como o aumento do lucro das instituições comparável aos ganhos em “atividades econômicas não-legais”

Fiscalização de bancos pode ser transferida para o Cade

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve examinar hoje projeto de lei complementar que retira do Banco Central (BC) a atribuição de proteger a concorrência no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. De autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), a proposta transfere a função ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) – autarquia vinculada ao Ministério da Justiça que atua na prevenção e na repressão de abusos de poder econômico.

O projeto (PLS 412/03-Complementar) já tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi relatado pelo senador César Borges (PFL-BA). Na CAE, a relatoria está com a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que recomenda a aprovação da matéria na forma como foi acolhida na CCJ. A proposta passará ainda pelo exame do Plenário antes de seguir para a Câmara dos Deputados.

Antonio Carlos argumenta,

em defesa de medida, que há descontentamento na sociedade com a insuficiência de medidas, por parte do BC, para sanar os problemas causados pela falta de concorrência no setor. Ele afirma que os bancos brasileiros apresentam baixa eficiência e são pouco competitivos. A seu ver, as instituições financeiras no país funcionam, na prática, como um oligopólio, em que poucas controlam o mercado.

Para o senador, essas distorções resultam em crescente elevação das tarifas, dos juros e dos spreads (diferença entre o que é pago aos aplicadores e o custo cobrado aos tomadores de recursos). Como efeito final, sustenta Antonio Carlos, ocorre um “desmesurado” aumento da lucratividade do setor, segundo ele comparável aos ganhos obtidos em “atividades econômicas não-legais”.

Controle da moeda

Tanto na CCJ quanto na CAE, os relatores endossaram o ponto de vista do autor da proposta de

que o BC está exercendo função fora de sua competência ao atuar na regulação da concorrência no setor financeiro. O entendimento é que a instituição deve ter como foco essencial a gestão da política monetária, ou seja, o controle da oferta de moeda por meio da taxa de juros de referência, para estabilizar o nível geral de preços da economia.

Antonio Carlos diz acreditar que a retirada de “atribuições estranhas” ao exercício do poder de autoridade monetária poderá contribuir para ajustar o Banco Central à introdução do novo modelo que prevê sua autonomia operacional. A autonomia do BC tem sido objeto de debates frequentes, com repercussão política e mobilização de apoio e críticas no Congresso.

Para transferir ao Cade a atribuição de prevenir e reprimir as infrações que afetam a concorrência bancária, a proposição muda a Lei 4.595, de 1964, que dispõe sobre a política monetária.

Alvaro propõe regras para evitar lavagem de dinheiro em loterias

Com o objetivo de evitar que as loterias da Caixa Econômica Federal sejam utilizadas para lavagem de dinheiro, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou projeto de lei determinando que o gerente da agência só poderá pagar o prêmio após a comunicação prévia à Central de Loterias e ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). O saque ficaria bloqueado até o recebimento de informações dos referidos órgãos.

De acordo com o projeto (PLS

46/07), que já está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ao sacar o prêmio, o vencedor terá de comprovar a origem dos recursos de suas apostas. O saque ficará condicionado à completa identificação do ganhador, bem como à verificação de seus antecedentes criminais.

O projeto estabelece que a Caixa deverá manter um banco de dados sobre os sacadores de prêmios e verificar a reincidência de saques nas agências onde há suspeita de lavagem de dinheiro.



Alvaro Dias: ganhador precisa comprovar a origem dos recursos de suas apostas

Na semana passada, Alvaro Dias denunciou, em discurso, lavagem de dinheiro por meio das loterias da Caixa que, segundo ele, contaria “com a conivência” de servidores da instituição.

Papaléo defende discussão sobre combate ao aquecimento global

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) defendeu ontem, em Plenário, a necessidade de discussão de possíveis soluções para o combate ao aquecimento global, tendo em vista as conclusões do relatório apresentado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), que alerta para as consequências alarmantes do acúmulo de gases causadores do efeito estufa.

Papaléo destacou a criação, em fevereiro, da Frente Parlamentar Ambientalista, e de duas subcomissões formadas no âmbito das comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Entre os compromissos da frente parlamentar, o senador ressaltou a luta pela implementação dos acordos internacionais relativos à preservação do meio ambiente de que o Brasil é signatário e a fiscalização da destinação dos



Papaléo lembra relatório sobre acúmulo de gases causadores do efeito estufa

recursos ligados à proteção ambiental, como os da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

Papaléo salientou que os Estados Unidos, que se mostravam resistentes ao Protocolo de Kyoto, de redução de gases, começam a adquirir consciência de que há ameaça real à vida na Terra. Ele foi apertado por Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Cientistas devem participar de audiência em subcomissão

Os três cientistas brasileiros que integraram o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, da Organização das Nações Unidas (ONU) – cujo relatório divulgado em janeiro deu o alerta para as causas e consequências da elevação da temperatura terrestre – devem participar de audiência pública na Subcomissão Permanente do Aquecimento Global, criada no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Requerimento nesse sentido poderá ser aprovado na reunião de amanhã, marcada para as 14h.

Paulo Eduardo Artaxo Netto, do Instituto de Física da Universidade de São Paulo (USP), Carlos Nobre e José Antônio Marengo, ambos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), deverão esclarecer as

dúvidas dos senadores a respeito do relatório, caso o requerimento seja aprovado.

Outro requerimento em exame convida para debate o professor e físico Luiz Pinguelli Rosa, coordenador geral do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, que deve esclarecer as razões pelas quais o fórum “está praticamente desativado”, segundo avaliação do presidente da subcomissão, senador Renato Casagrande (PSB-ES).

Também deve ser votado requerimento de convite ao ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, para falar sobre o tema do aquecimento global do ponto de vista do ministério, além de relatar os programas do governo nesse sentido e os desafios do ministério. A reunião da subcomissão ocorrerá na sala 6 da Ala Nilo Coelho.

Casagrande: Brasil precisa se engajar no debate sobre mudanças climáticas

Renato Casagrande afirmou ontem que o Brasil precisa se engajar na discussão de propostas de combate ao aquecimento global. Segundo ele, o país poderia lucrar com a produção de biocombustíveis, tendo em vista que muitos países afetados por mudanças climáticas vêm manifestando interesse em programas alternativos de energia.

Casagrande e a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) participaram no mês de fevereiro, em Washington, de seminário parlamentar sobre mudanças climáticas globais, promovido pelo G8+5, grupo que reúne os oito países mais desenvolvidos e cinco nações emergentes (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá e

Rússia, além do Brasil, China, Índia, México e África do Sul).

– Há, hoje, no mundo, um interesse enorme pelo programa de biocombustível brasileiro, tanto é que o presidente dos EUA, George W. Bush, está vindo ao Brasil nesta semana. Existem diversos países da Europa muito interessados nesse assunto.

No mesmo discurso, Casagran-

de criticou o aparato no último fim de semana, no Espírito Santo, com a viagem de Fernandinho Beira-Mar para uma audiência no interior do Rio de Janeiro. Ele disse que a Câmara precisa aprovar com urgência projeto do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que prevê oitivas com presidiários por meio de videoconferência.



Países afetados mostram interesse pelo uso do biocombustível, diz Casagrande



Mão Santa: governo Lula é responsável pelo fraco desempenho do país em 2006

Mão Santa critica baixo crescimento econômico do Brasil

“O Brasil só não é o Canto do Rio da economia da América Latina porque existe o Haiti.” A comparação foi feita ontem pelo senador Mão Santa (PMDB-PI), ao lamentar que o crescimento do produto interno bruto (PIB) do Brasil tenha ficado em 2,9% durante o ano passado, enquanto o Haiti teve expansão econômica de 2,5% no mesmo período. A analogia com o Canto do Rio (time de futebol do Rio de Janeiro) justifica-se pelo fato, segundo o parlamentar, de aquela agremiação ter ficado sempre na última colocação em competições realizadas na década de 1950.

O fraco desempenho econômico registrado em 2006, na avaliação do senador pelo Piauí, tem o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva como responsável. O senador enumerou quatro características que o governo teria como fundamentais para o país não crescer: corrupção, sonegação, desperdício e incompetência.

– Lula da Silva é um rei sentado em um trono de quatro pernas: a primeira, que salta aos olhos, é a corrupção; a segunda, a sonegação (só os pobres pagam imposto); a terceira, o desperdício, a farrá dos que, por nunca terem comido mel, estão se lambuzando; a última é a incompetência – afirmou Mão Santa.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) expressou sua convicção de que a baixa inflação registrada no país e a redução na taxa básica de juros permitirão que o Brasil apresente um resultado econômico bem melhor em 2007. Suplicy lamentou ainda a morte, aos 79 anos, do bispo emérito de Santa Maria (RS), dom Ivo Lorscheiter, ocorrida na tarde de ontem naquela cidade gaúcha.

Senador diz que conselhos nacionais de Educação e de Saúde deveriam estabelecer regras, mas o que se vê é o predomínio do interesse econômico, sem controle de qualidade

Viana aponta falta de critério na abertura de cursos de Medicina

Tião Viana (PT-AC), que é médico, protestou contra a falta de critérios nos processos de abertura de novos cursos de Medicina. O senador disse que esses critérios deveriam ser estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Conselho Nacional de Saúde, mas o que se vê é o predomínio do interesse econômico, sem controle de qualidade.

O senador tratou do excesso de pedidos de abertura de escolas médicas, que corre ao lado da dramática situação da qualidade da assistência médica prestada no Brasil. Segundo ele, no entanto, o número de profissionais formados a cada ano – cerca de 10 mil – é mais que suficiente.

– Infelizmente, não se estabelece uma política de interiorização, mas há concentração do profissional especializado, o que abre espaço para debates apelativos de mercado, com interesses exclusi-



Viana defende pensão especial para vítimas de hanseníase que foram isoladas

vamente comerciais de empresários da educação – ressaltou

O parlamentar citou um exame de avaliação por amostragem realizado junto ao Conselho Regional de Medicina de São Paulo comprovando que 40% dos analisados não estavam habilitados ao exercício da medicina.

Hanseníase

Tião Viana procurou sensibi-

lizar os demais senadores para o projeto de sua autoria que cria concessão de pensão especial a pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios. A matéria (PLS 206/06) deve ser votada hoje na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

– Muitas dessas pessoas foram retiradas de suas casas pela polícia sanitária e colocadas em colônias de isolamento, muitas vezes sem ter absolutamente nada e sem entender nada. Depois de 30, 40 anos, elas saíram mutiladas pela doença, e o poder público nunca reparou esse erro. Se soubemos ser capazes de reparar as vítimas da violência política, temos também que reparar essa falha tão grave e tão violenta.

Em apartes, Cristovam Buarque (PDT-DF) e Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestaram apoio ao projeto.

Cristovam: povo é assaltado por imposto alto, mentira e corrupção

Cristovam Buarque (PDT-DF) analisou as situações em que a palavra “assalto” tem sido usada nos últimos anos, além de seu significado criminal, com respeito à cultura brasileira ao longo de cinco séculos, desde o descobrimento do Brasil. Segundo ele, a reflexão sobre o assunto leva à conclusão de que no país “mentes também têm sido assaltadas”.

– Afinal, a chegada dos portugueses foi ou não foi um grande assalto às populações indígenas? E as capitânicas hereditárias? Durante quanto tempo assaltamos a

África, seqüestramos filhos e netos de escravos? – indagou, para criticar formas mais modernas de assalto aos cidadãos, “como a manutenção da inflação que serviu para financiar o desenvolvimento e os 40% de impostos indo para o governo sem qualquer retorno para a população, além da própria corrupção”.

– Pior. A gente vê que assaltaram e seqüestraram a mente do Brasil de tal maneira que não se consegue pensar as coisas como elas são, mas da maneira com tentam nos mostrar.



“A gente vê que assaltaram e seqüestraram a mente do Brasil”

Cristovam apontou, como exemplo, os anúncios do governo sobre os supostos benefícios do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Fundo da Educação Básica (Fundeb).

Heráclito Fortes contesta nota de associação de ONGs

Heráclito Fortes (PFL-PI) repudiou ontem em Plenário nota da Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais (Abong), distribuída à imprensa, questionando a criação da comissão parlamentar de inquérito para investigar essas entidades, a chamada CPI das ONGs.



Heráclito questiona legitimidade de associação, que tem apenas 280 membros

– Uma ONG dá-se ao direito de questionar uma decisão do Senado que tem assinatura de

Comissão examina 24 concessões de rádio e televisão

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) reúne-se amanhã, às 8h45, para examinar 24 projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de radiodifusão e televisão.

Os projetos, de autoria do Poder Executivo, receberão decisão terminativa na comissão e têm parecer favorável dos relatores. Do total de proposições, 14 tratam de autorização para execução de serviço de radiodifusão comunitária, nove são para radiodifusão sonora em frequência modulada e uma trata de concessão para a Fundação Educativa e Cultural Vivaldo Nascimento Piotto executar serviço de televisão na cidade de Passos (MG).

As permissões para funcionamento das rádios são para seis cidades de São Paulo, cinco do Rio Grande do Sul, três de Minas Gerais, três da Bahia, duas do Maranhão e uma em cada um dos seguintes estados: Rio de Janeiro, Pará, Ceará e Pernambuco.

Responsabilidade social na escola é tema de projeto

O presidente da Comissão de Educação (CE), senador Cristovam Buarque (PDT-DF), receberá hoje, a partir das 15h, o presidente do Instituto Brasileiro de Ética nos Negócios, que apresentará ao Senado o projeto Responsabilidade Social Corporativa na Escola (RSC Escola).

O objetivo da proposta é contribuir para a formação de adultos cidadãos e líderes socialmente responsáveis com a inserção, no contexto escolar, dos fundamentos da responsabilidade social corporativa. A relação de temas abordados pela RSC Escola – apresentados em livros e histórias em quadrinhos elaborados pela instituição – inclui Responsabilidade Social e Ambiental, Ética e Cidadania. A proposição destina-se a estudantes dos níveis fundamental e médio, e a instituição tem como meta a adoção do projeto também em faculdades e universidades brasileiras.

O Instituto Brasileiro de Ética nos Negócios é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), o que garante incentivos fiscais às empresas participantes de seus projetos.

Aprovada pelo Senado em dezembro de 2006, Lei do Gás prevê concessão pública para novos gasodutos e acesso da iniciativa privada a dutos implantados pela Petrobras

Marco regulatório do gás natural é enviado à Câmara dos Deputados

Foi enviado ontem à Câmara dos Deputados o projeto de lei do então senador Rodolpho Tourinho que prevê concessão pública para projetos de gasodutos, além do acesso gradual aos dutos já implantados pela Petrobras a outras companhias interessadas em transportar gás. A matéria, conhecida como Lei do Gás, estabelece um marco regulatório para o mercado de gás natural no Brasil, a exemplo do que já existe nas áreas de energia elétrica, água e petróleo, e amplia as possibilidades de investimentos privados no setor.

O projeto (PLS 226/05) foi analisado pelas comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ao longo do período de tramitação, o processo



Projeto de Rodolpho Tourinho amplia investimentos no setor

recebeu diversas emendas. No dia 21 de dezembro de 2006, a CI aprovou por unanimidade, em turno suplementar, substitutivo do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) à proposição de Tourinho, em decisão terminativa. Desde então o projeto foi submetido à última fase de tramitação: redação final,

a cargo da Mesa, para ajustes finais no texto, sem atingir o mérito da matéria.

A política energética nacional para o gás natural é um conjunto de medidas que tem por meta incrementar a sua utilização em bases econômicas, mediante a expansão da produção e da infra-estrutura de transporte e armazenagem já existentes, além de garantir adequada proteção aos usuários e ao meio ambiente. A proposta tem ainda por objetivo a promoção de um mercado competitivo para o gás natural, sem qualquer tipo de discriminação entre as empresas que nele atuam. O projeto e a sua aprovação ganharam força após os conflitos entre o Brasil e a Bolívia, por conta da decisão do presidente Evo Morales de nacionalizar as reservas de gás boliviano.

Suplicy representará o Senado em conferência sobre fim da pobreza

Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou ontem que foi convidado pelo Banco Mundial para representar o Senado em uma conferência parlamentar na Cidade do Cabo, na África do Sul, entre 15 e 17 de março.

De acordo com Suplicy, o evento contará com a participação de 200 parlamentares de todo o mundo, que vão discutir a interação entre Executivo e Legislativo em diversos países e como essas

instituições podem colaborar para a erradicação da pobreza no planeta.

O senador por São Paulo informou que o evento é promovido pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), cujos presidentes (Paul Wolfowitz e Rodrigo Rato, respectivamente) vão participar do encontro, em conjunto com o ministro da Fazenda da África do Sul, Trevor Manuel,



Segundo Suplicy, evento discutirá integração entre Executivo e Legislativo

e representantes do Banco do Desenvolvimento da África.

Voto de pesar pela morte de dom Ivo Lorscheiter

O Plenário do Senado aprovou requerimento de pesar pela morte do ex-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Ivo Lorscheiter, ocorrido ontem, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. O requerimento, de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), foi assinado por vários senadores que apoiaram as condolências apresentadas à Igreja Católica e à família do falecido.

Suplicy recordou a

vida religiosa de dom Ivo Lorscheiter, destacando sua luta pela reforma agrária e sua defesa incansável da função social da terra. O senador ressaltou também que o religioso foi secretário-geral da CNBB por dois mandatos e esteve outros dois mandatos à frente da entidade durante o regime militar.

Em apêntes, os senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Mão Santa (PMDB-PI) louvaram o gesto de Suplicy. Mão Santa lembrou que por

ocasião da escolha do Papa, dom Ivo chegou a ter seu nome cogitado.

O senador Paulo Paim (PT-RS) também apresentou ontem em Plenário requerimento de voto de profundo pesar pelo falecimento de Lorscheiter.

Apoiaram o requerimento os senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Pedro Simon (PMDB-RS). Na opinião de Paim, dom Ivo Lorscheiter foi uma das figuras mais importantes do Brasil e da Igreja Católica.

Agripino classifica assentamento no Rio Grande do Norte como “fracasso”

José Agripino (PFL-RN) afirmou que o Projeto de Assentamento Eldorado dos Carajás II, em Mossoró (RN), é um fracasso. Segundo o senador, no local ficava a fazenda Mossoró Agro-Industrial S/A (Maísa), “um empreendimento privado pioneiro no plantio irrigado de frutas, grande produtor de sucos, sorvetes e exportador de castanha de caju e de frutas frescas, desapropriado pelo governo federal em dezembro de 2003”, quando a área de 19,7 mil hectares foi entregue a mil famílias de sem-terra.

Agripino leu trecho do discurso do presidente Lula, quando assinou o ato de desapropriação da Maísa, prometendo retornar em dois anos (2005) “para ver como estava o assentamento e mostrá-lo ao mundo como exemplo de reforma agrária perfeita”. O senador disse que vai cobrar essa visita do presidente.

– Lula não voltou ao local. Os assentados não plantaram nem um pé de alface, não colhem o que já existe, depredaram os equipamentos, e ainda vivem em acampamentos, sustentados pelo Bolsa Família. O futuro oferecido se transformou em esmola do programa – relatou.



Agripino diz que fazenda Maísa virou “esmola do Bolsa Família”

O senador acrescentou que “os assentados destruíram os transformadores de energia para vender o cobre do seu interior e saquearam as bombas que retiravam água para irrigação. A fábrica de castanhas – que não foi desapropriada – foi a leilão, mas não despertou o interesse de nenhum comprador porque as castanhas não são mais colhidas”.

Em apêntes, Mão Santa (PMDB-PI), Heráclito Fortes (PFL-PI) e César Borges (PFL-BA) também criticaram o projeto de reforma agrária do governo Lula. Já Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que quer conhecer o assentamento “e verificar o que é possível ser feito para corrigir os erros”.

Garibaldi quer obras que permitam produção em área desapropriada

Apesar da construção, pelo governo federal, de uma escola e de um posto de saúde no Projeto de Assentamento Eldorado dos Carajás II, antiga Fazenda Maísa, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) afirmou que muito ainda há de se fazer para que o assentamento deixe de funcionar de forma precária e os assentados possam agregar valor à sua produção.

– As fábricas estão totalmente abandonadas. O governo não ajudou a criar uma cadeia produtiva para que, por exemplo, a produção possa desembocar no beneficiamento de tudo que diz respeito ao caju e no aproveitamento da polpa da acerola – disse.

O senador informou que, em vez do grupo privado que controlava a Maísa, foram instaladas no assentamento em Mossoró (RN) associações de pequenos produtores. Na avaliação de Garibaldi, os novos proprietários do empreendimento não terão condições de reerguer o projeto sem o apoio governamental.

Garibaldi registrou ainda que as vilas Real e Montana, que fazem



Garibaldi cobra apoio do governo para que fábricas sejam restauradas

parte do assentamento, carecem inclusive de água para a irrigação, e que a água para o consumo humano está chegando ao local por meio de caminhões-pipa.

– Quando a empresa funcionava, a água era retirada de poços profundos, mas a manutenção dos equipamentos era cara – afirmou.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) transmitiu informação do Ministério do Desenvolvimento Agrário que prevê a produção, nos próximos 30 dias, de 30 toneladas de acerola, e, até o final do ano, de 200 toneladas da fruta.



Segundo Mário Couto, governo Lula nada investiu em infra-estrutura no Pará

Mário Couto cobra a realização de obras no estado do Pará

“Até que enfim algumas obras de infra-estrutura no estado do Pará”, afirmou Mário Couto (PSDB-PA), ressaltando que, durante o primeiro mandato, o governo Lula não investiu nesse setor no estado. O senador disse, porém, que algumas obras estão incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo governo federal.

Mário Couto cobrou do governo a realização de obras como a construção de eclusas no rio Tocantins, em Tucuruí (que viabilizarão hidrovias); a continuidade da rodovia Transamazônica; a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte; e a restauração e pavimentação da rodovia Santarém-Cuiabá (BR-163).

Ele destacou que o Pará é um

dos estados que mais colaboram para os bons resultados das exportações brasileiras, mas não recebe do governo as contrapartidas merecidas.

O senador criticou a intenção do governo Lula de doar recursos para a Bolívia, quando deveria investir no Brasil, para combater a fome e a miséria em locais como a Ilha de Marajó (PA).

– Será que estou sonhando? É um absurdo: há 400 mil habitantes só na Ilha de Marajó, largada, desprezada desde a minha infância, que estão morrendo à míngua, sem transporte, sem energia, sem infra-estrutura.

Em apartes, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Gerson Camata (PMDB-ES) apoiaram o pronunciamento.

César Borges põe em dúvida investimento federal na Bahia

César Borges (PFL-BA) protestou contra a visita do ministro da Integração Nacional, Pedro Brito, à Bahia, onde se reuniu com o governador Jaques Wagner e anunciou investimentos em infraestrutura hídrica para o estado, previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Além de duvidar da liberação de R\$ 693 milhões alocados no PAC para obras de abastecimento d'água, irrigação e recuperação da hidrovía do São Francisco, César Borges voltou a criticar a proposta de revitalização e interligação de bacias do rio, mais conhecida como projeto de transposição do São Francisco.

Para o senador, o real motivo da ida de Pedro Brito à Bahia foi apresentar as principais linhas do Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco e do projeto de integração de bacias



César Borges considera “sem pé nem cabeça” projeto de integração de bacias

do rio com o Nordeste Setentrional. Com R\$ 4,9 bilhões previstos no PAC para a construção dos canais que levarão água do rio para o semi-árido de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, o projeto de integração de bacias foi considerado “sem pé nem cabeça” pelo parlamentar.

Gilvam comunica liberação de recursos para o Amapá

Em discurso no Plenário, Gilvam Borges (PMDB-AP) registrou a liberação de recursos do Orçamento da União para o estado do Amapá. De acordo com o senador, mais de R\$ 2 milhões já estão liberados para a construção de um pesqueiro público no município de Santana e para investimentos em cultura, melhorias sanitárias e manutenção de hospitais nos municípios de Santana, Mazagão, Cutias do Araguary e Tartarugalzinho. Os recursos liberados são fruto de emendas parlamentares ao Orçamento.

Gilvam comunicou a liberação, entre outros recursos, de R\$ 1.691.478,29 para o município de Santana pagar as despesas do convênio com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca para a construção do Terminal Pesqueiro Público de Santana.

Para o município de Maza-



Gilvam Borges lembra que verbas são resultantes de emendas parlamentares

gão, acrescentou Gilvam, foram liberados R\$ 64 mil destinados a apoio a unidades de atenção especializada à saúde (hospitais, clínicas, centros especializados e santas casas). Também para apoio à saúde foram liberados R\$ 224 mil para o município de Cutias do Araguary e mais R\$ 112 mil para o município de Tartarugalzinho, completou.

Paim apóia regulamentação de greves em empresas e no governo

Senador diz acreditar que intenção de Lula não é impedir paralizações ou punir grevistas, mas apenas regulamentar “esse legítimo direito dos trabalhadores”

Ao manifestar surpresa com notícias publicadas pela imprensa sobre a intenção do governo federal de proibir os servidores públicos de realizarem greves, o senador Paulo Paim (PT-RS) disse ontem não acreditar no enfoque dado pelos jornais. Ele classificou o episódio de um mal-entendido e opinou que a idéia do presidente Lula é regulamentar o direito de greve.

– Eu não posso ser contra a regulamentação do direito de greve, até porque em 1991, quando deputado federal, apresentei projeto de lei propondo a regulamentação da greve tanto no setor público quanto no privado. Acredito que tanto o presidente Lula quanto o ministro Paulo Bernardo [Planejamento, Orçamento e Gestão] querem mesmo é a regulamentação – afirmou Paulo Paim.

Em aparte, a senadora Ideli



Paim condena a demissão de empregados que disputam direção de sindicatos

Salvatti (PT-SC) disse ter interpretado o noticiário da mesma forma que Paim. Ela observou que a intenção real do presidente Lula não é impedir greves ou punir grevistas, mas regulamentar esse legítimo direito dos trabalhadores. Já o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) expressou sua surpresa pelo fato de o governo

petista estar defendendo medidas contrárias às posições que o partido adotou ao longo de sua história. O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu a aprovação de projeto de sua autoria (PLS 7/06) que dá às Câmaras da Educação Básica e Superior do Conselho Nacional de Educação poderes para intermediar pendências entre trabalhadores da educação e o governo.

Paulo Paim também denunciou o descumprimento, por parte de alguns empresários, do inciso VIII do artigo 8º da Constituição, que veda a demissão de empregado sindicalizado a partir do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação sindical. Paim antecipou que, se as demissões prosseguirem, apresentará projeto para reafirmar aquele direito já garantido pelo texto constitucional.

Cícero Lucena acusa prefeito de João Pessoa de autoritarismo

O senador Cícero Lucena (PSDB-PB) acusou o prefeito de João Pessoa, Ricardo Coutinho (PSB), de autoritarismo na gestão da capital. Segundo Cícero Lucena, Coutinho anulou, por medida provisória, teste seletivo público para contratação de agentes de saúde, realizado quando o senador era prefeito, em 2003.

O motivo alegado para a anulação, conforme o senador, foi a existência de irregularidades no procedimento, o que Cícero Lucena contesta. De acordo com o parlamentar, a medida levará à demissão de mais de mil agentes de saúde. Ele disse que uma das

irregularidades apontadas pelo prefeito foi a falta de divulgação para a realização do teste público e respondeu que o próprio Ministério Público se encarregou de provar que houve ampla disseminação de informações em jornais, com as devidas exigências, prazos de inscrição e total de inscritos.

Cícero Lucena acrescentou que a disputa foi de 30 candidatos por vaga, daí ser uma incoerência dizer que não houve divulgação. Ele informou que coube não apenas ao Ministério Público, mas também ao Tribunal de Contas do Estado analisar e atestar a lisura do procedimento. Ambas as ins-



Cícero Lucena critica anulação de teste seletivo público para agentes de saúde

tuições teriam aprovado o teste e a contratação dos agentes.

O senador frisou que “o Legislativo precisa atuar contra a desmedida edição de medidas provisórias”, e observou que o episódio ocorrido em João Pessoa é um típico caso de “mau-exemplo que vem de cima”.

Senadoras pretendem lutar pela aprovação de projetos de lei como o que institui um programa de habitação para as mulheres que sustentam a família

Na Semana da Mulher, bancada feminina define prioridades

Na semana comemorativa do Dia Internacional da Mulher, 8 de março, a bancada feminina do Senado, composta por dez senadoras, pretende lutar pela aprovação de cinco projetos favoráveis às mulheres que estão prontos para deliberação em Plenário.

A coordenadora da bancada, Serys Slhessarenko (PT-MT), afirmou que a data representa oportunidade de mobilização para a luta por melhorias nas condições de vida da mulher. Segundo ela, as bancadas femininas do Senado e da Câmara identificaram 28 proposições legislativas de interesse do segmento e agora trabalham pela aprovação dessas matérias.

Os cinco projetos de lei que estão prontos para votação no Senado foram encaminhados ao presidente da Casa, Renan Calheiros, com assinaturas das participantes da bancada pedindo sua aprovação urgente. São o PLC 105/05, que assegura aos trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego; o PLC 12/00, que institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família; o PLC 34/04, que cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher; o PLC 33/06, que



Para Serys, data representa oportunidade de mobilização pelos direitos da mulher

institui 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres; e o PLC 26/99, que estabelece normas para o uso médico de próteses de silicone. A expectativa de Serys é que esses projetos sejam votados na primeira quinzena deste mês.

As 23 matérias restantes aguardam deliberação nas comissões. Há propostas como a que garante incentivos fiscais para empresas que estenderem para seis meses a licença-maternidade às suas funcionárias (PLS 281/05) e a que torna imprescritível a pretensão do direito de registrar filho subtraído dos genitores (PLS 357/04).

Bertha Lutz

Amanhã, o Congresso reúne-se

às 10h, em sessão solene, para comemorar o Dia Internacional da Mulher e entregar o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. As cinco premiadas deste ano foram escolhidas entre 50 candidatas. Ivana Farina Navarrete Pena é promotora de Justiça; Maria Yvone Loureiro Ribeiro ajudou a fundar a Sociedade Alagoana de Defesa dos Direitos Humanos; Moema Libera Viezzer trabalha na área de educação para novas relações de gênero e proteção ao meio ambiente; Sueli Batista dos Santos é fundadora da Associação de Mulheres de Negócio e Profissionais de Cuiabá (BPW Brasil); e Beatriz Moreira Costa é sacerdotisa suprema dos candomblés de origem Ketu-iorubá.

A cerimônia será realizada no Plenário do Senado, com apresentação do Coral da Casa. Pétalas de rosas serão jogadas da galeria no início do discurso da senadora Serys. Ainda como parte da programação em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, foi inaugurada ontem a exposição Prêmio Bertha Lutz, que reúne fotografias das premiações concedidas desde 2001. A mostra pode ser visitada até sexta-feira, das 9h às 18h, na Senado Galeria, no térreo do Anexo I.



Ideli anuncia apresentação de projeto pelo combate ao câncer de colo de útero

entre 16 e 24 anos. Só em 2003, segundo dados do Instituto Nacional do Câncer, mais de 4 mil mortes por câncer de colo do útero foram registradas no país.

Ideli salientou que a expectativa é de que o número de mortes pela doença chegue a 16 mil em 2007. A região Centro-Oeste é a de maior incidência de câncer de colo do útero, com média de 32 casos a cada 100 mil mulheres.

Ideli propõe distribuição gratuita de vacina contra o vírus HPV

Ideli Salvatti (PT-SC) anunciou a apresentação de projeto que assegura a oferta de vacina antipapilomavírus (HPV) à população feminina pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Esse vírus atinge um quarto das mulheres sexualmente ativas no mundo e responde por 80% dos casos de câncer de colo do útero.

Ao defender a iniciativa (PLS 51/07) em Plenário, Ideli revelou que os Estados Unidos começaram a aplicar a vacina em agosto de 2006 e que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou sua comercialização no Brasil em novembro passado.

A imunização destina-se à população feminina na faixa etária dos 9 aos 26 anos e é feita em três doses, aplicadas no prazo de

seis meses.

O alto custo da vacinação contra o HPV, que varia de R\$ 1 mil a R\$ 1,5 mil, foi outro estímulo à apresentação do projeto por Ideli. Conforme ressaltou, só a vacinação contra o vírus pelo SUS é capaz de garantir a prevenção às mulheres de baixa renda.

A parlamentar lembrou ainda que o exame de papanicolau que é realizado pela rede pública de saúde não se destina – como a vacina – a evitar a contaminação pelo vírus, mas apenas a detectar casos de câncer de colo de útero.

Atualmente, estima-se que 15% das brasileiras entre 18 e 60 anos estejam infectadas pelo vírus, incidência de contágio que salta para 40% na faixa de mulheres

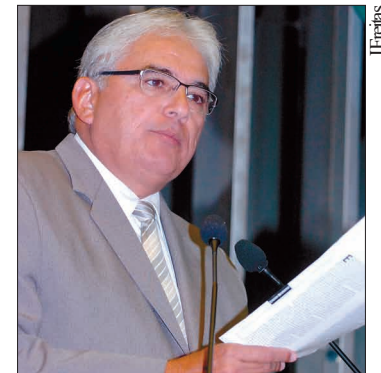
Aula inaugural abre amanhã o ano letivo do ILB e da Unilegis

O 1º secretário do Senado, Efraim Morais (PFL-PB), presidirá a abertura do ano letivo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), amanhã, às 10h, no auditório do Programa Interlegis. Na ocasião, será ministrada aula inaugural, pelo professor Celestino Secco, com o tema “O Poder Legislativo e a Sociedade”.

A aula será transmitida em videoconferência às 25 escolas do Legislativo, que funcionam nas assembleias legislativas interligadas virtualmente ao Portal Interlegis. A solenidade contará ainda com a participação do diretor-geral do Senado, Agaciel Maia.

Ainda amanhã, terão início no ILB os cursos de formação de chefes de gabinete, de ambientação dos novos assessores parlamentares, de inglês e espanhol.

Na Unilegis, os cursos são realizados em parceria com instituições autorizadas pelo Ministério da Educação a emitirem certificados de habilitação. No momento, está sendo ministrado o primeiro curso a distância de graduação de tecnólogo em Administração Legislativa, com duração de dois anos. O curso, promovido em



Efraim, 1º secretário do Senado, preside a abertura no auditório do Interlegis, às 10h

conjunto com a Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), começou em janeiro deste ano e conta com a participação de 500 alunos de todo o país.

Presenciais

Para este ano, estão programados três cursos presenciais de especialização na Unilegis: Introdução à Ciência Política, Direito Legislativo e Administração Legislativa.

Este mês, será lançada a segunda edição do livro Introdução à Ciência Política, de autoria do professor Octaciano da Costa Nogueira Filho. Em 24 de abril serão comemorados os dez anos do ILB e do Conselho Editorial do Senado.

Simon lança livro que registra seus 24 anos de mandato como senador

O livro Do regime militar ao mensalão - minhas lutas pela dignidade humana será lançado amanhã por Pedro Simon (PMDB-RS). A publicação é uma coletânea de discursos do senador, com apresentação e pesquisa realizadas pelo escritor Lourenço Cazarré e pelo físico Jorge Schelb. O lançamento será às 17h, no Salão Nobre do Senado.

“Pode-se dizer, sem medo de errar, que desde sua chegada ao Senado, em 1979, o senador Pedro Simon participou de todos os fatos mais importantes da vida nacional. Ou seja, esteve entre os líderes da luta contra o regime militar, da mesma forma como esteve na linha de frente na luta contra o regime militar”, afirmam os organizadores do livro na introdução.

Em 24 anos de exercício do mandato de senador, Simon apresentou uma produção legislativa de 2.500 peças, segundo levantamento do seu gabinete.

Entre os discursos selecionados para a publicação está aquele em que o senador sugeriu, em 1998, ao então ministro das Comuni-



Obra que apresenta coletânea de discursos de Simon será lançada amanhã

cações Luiz Carlos Mendonça de Barros que pedisse demissão do cargo. Logo após o discurso, feito quando o ministro prestava esclarecimentos no Senado sobre o processo de privatização do sistema Telebrás, Mendonça de Barros “acatou a sugestão de Simon”, segundo informa o gabinete do senador.

Eleito para o primeiro mandato no Senado em 1978, Simon foi, de 1987 a 1990, governador do Rio Grande do Sul e, em seguida, novamente senador, reeleito duas vezes consecutivas.